

ATO Nº 151/2022 – 1ªPJTFPAISFRJE
APROVAÇÃO DAS CONTAS
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
SIMP Nº 002486-110/2014

O 1ª PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, arts. 66 e 69 da Lei nº 10.406/2002, art. 1º, parágrafo segundo c/c art. 4º, todos do PROVIMENTO CONJUNTO Nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP, por este ATO, APROVA as contas da entidade denominada INSTITUIÇÃO CARUANAS DO MARAJÓ CULTURA E ECOLOGIA, CNPJ nº 06.039.266/0001-24, referentes ao ano-calendário 2013.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ato publicado. Belém, 28 de junho de 2022.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 823626

EDITAL Nº 007/2022-MP/PJI

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotora de Justiça de Inhangapi – Dra. TATIANA FERREIRA GRANHEN, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000159-099/2021 - PORTARIA 007/2022-MP/PJI, que se encontra a disposição na sede da Promotora de Justiça de Inhangapi, localizada na Avenida São Vicente, 42 – Centro – Inhangapi - CEP 68.770-000, Estado do Pará, Fone (91) 3809-1237. Instaurante: Ministério Público do Estado do Pará, em conformidade com o art. 127, art. 129, II e III, da Constituição Federal.

Assunto: Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, no sentido de acompanhar o fornecimento de energia pela empresa Equatorial Energia para as comunidades do Cariru e Arajó, nos termos da lei.

Inhangapi(PA), 28 de junho de 2022.

TATIANA F. GRANHEN

Promotora de Justiça Titular de Inhangapi

Protocolo: 823602

ATO Nº 145/2022 – 1ªPJTFPAISFRJE
APROVAÇÃO DAS CONTAS
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
SIMP Nº 000601-110/2013

O 1ª PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, arts. 66 e 69 da Lei nº 10.406/2002, art. 1º, parágrafo segundo c/c art. 4º, todos do PROVIMENTO CONJUNTO Nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP, por este ATO, APROVA as contas da entidade denominada INSTITUTO DOM BOSCO, CNPJ nº 04.203.352/0001-03, referentes ao ano-calendário 2012. E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ato publicado. Belém, 28 de junho de 2022.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 823615

EDITAL Nº 006/2022-MP/PJI

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotora de Justiça de Inhangapi – Dra. TATIANA FERREIRA GRANHEN, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000148-099/2022 - PORTARIA 006/2022-MP/PJI, que se encontra a disposição na sede da Promotora de Justiça de Inhangapi, localizada na Avenida São Vicente, 42 – Centro – Inhangapi - CEP 68.770-000, Estado do Pará, Fone (91) 3809-1237. Instaurante: Ministério Público do Estado do Pará, em conformidade com o art. 127, art. 129, II e III, da Constituição Federal.

Assunto: Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, no sentido de que a adolescente N.R.R., seja retirada da situação de risco, face à Proteção Integral e Prioridade Absoluta, nos termos da lei.

Inhangapi(PA), 28 de junho de 2022.

TATIANA F. GRANHEN

Promotora de Justiça Titular de Inhangapi

Protocolo: 823599

EDITAL Nº 005/2022-MP/PJI

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotora de Justiça de Inhangapi – Dra. TATIANA FERREIRA GRANHEN, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000035-099/2022 - PORTARIA 005/2022-MP/PJI, que se encontra a disposição na sede da Promotora de Justiça de Inhangapi, localizada na Avenida São Vicente, 42 – Centro – Inhangapi - CEP 68.770-000, Estado do Pará, Fone (91) 3809-1237. Instaurante: Ministério Público do Estado do Pará, em conformidade com o art. 127, art. 129, II e III, da Constituição Federal.

Assunto: Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, no sentido de que a jovem M. S. das N., tenha assegurado o seu direito legal a ser acompanhada nas aulas por profissional de apoio, nos termos da lei.

Inhangapi(PA), 28 de junho de 2022.

TATIANA F. GRANHEN

Promotora de Justiça Titular de Inhangapi

Protocolo: 823595

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 023/2022-MPPA/1ºPJ/ALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000014-152/2022, a qual a Sra. Oneide Sousa visava solicitar providências para receber as diárias do TFD e autorização de acompanhante.

Almeirim-PA, 27 de Junho de 2022.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça

Em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 823575

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 035/2022-MPPA/1ºPJ/ALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000478-152/2022, que visava apurar denúncia de irregularidades no desembarque de cargas na extensão da orla da cidade de Almeirim, descumprindo o Decreto Municipal 284/2021.

Almeirim-PA, 27 de Junho de 2022.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça

Em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 823551

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 034/2022-MPPA/1ºPJ/ALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000443-152/2021, que visava apurar Denúncia registrada através do Disque 100 acerca de maus tratos a adolescente D.V. por parte de sua genitora.

Almeirim-PA, 27 de Junho de 2022.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça

Em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 823546

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 01/2022-MP/1ªPJI.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pela Dra. Ocirvalva de Souza Farias Tabosa, Promotora de Justiça, Respondendo pela 1ª PJ de Itaituba, e pelo Dr. Ítalo Costa Dias, Promotor de Justiça, Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Itaituba, no bojo do Procedimento Administrativo de SIMP nº 002243-922/2022, torna pública a presente Recomendação, visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2022-MP/1ªPJI.

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Itaituba.

OBJETIVO/FINALIDADE: Recomendar à Faculdade de Itaituba-FAI que apresente, no prazo de 30 dias, Cronograma de programa de prevenção à discriminação racial, intolerância religiosa e violência de gênero, com implementação a ser iniciada no ano de 2022.

DESTINATÁRIO (S): Faculdade de Itaituba - FAI.

Promotores de Justiça:

OCIRALVA DE SOUZA FARIAS TABOSA, Respondendo pela 1ª Promotoria de Justiça de Itaituba/PA;

ÍTALO COSTA DIAS, Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Itaituba

Protocolo: 823717

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 028/2022-MPPA/1ºPJ/ALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000377-157/2022, acerca de providências para emissão de 2ª via de Certidão de Nascimento de A.G.P.

Almeirim-PA, 27 de Junho de 2022.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça

Em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 823455

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 030/2022-MPPA/1ºPJ/ALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000557-152/2021, acerca de providências para conseguir agilizar liberação de leito para atender a paciente D.P.Q.

Almeirim-PA, 27 de Junho de 2022.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça

Em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 823471

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 029/2022-MPPA/1ºPJ/ALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000455-152/2022, acerca da situação de vulnerabilidade da criança A.R.F.P.

Almeirim-PA, 27 de Junho de 2022.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça

Em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 823463

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 031/2022-MPPA/1ºPJ/ALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar,